

PROPOSTA DOS CREDORES: "ACEITÁVEL".

O Brasil recebeu uma proposta "aceitável" de acordo provisório com os bancos credores, informou ontem o ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira. Segundo a proposta, o governo brasileiro faria um depósito de US\$ 500 milhões ao Banco de Compensações Internacionais (BIS), até 15 de novembro próximo. No mesmo banco e dentro desse prazo os bancos credores depositariam US\$ 1 bilhão. A soma dos depósitos pagaria os juros vencidos da dívida brasileira relativos a outubro, novembro e dezembro deste ano. Com isso, o Brasil não seria classificado como "mau pagador" pelas autoridades norte-americanas.

A proposta apresentada pelo comitê de bancos credores prevê um segundo depósito do Brasil e dos bancos, até o final de dezembro. O banco suíço receberia mais US\$ 1 bilhão do governo brasileiro, e outros US\$ 3 bilhões dos bancos. Estes US\$ 4 bilhões saldariam a conta de juros vencidos do Brasil de 20 de fevereiro deste ano, quando foi decretada a moratória, até setembro. "Neste momento, poderemos dizer que a moratória está acabando, mais ou menos acabando", afirmou Bresser Pereira.

O ministro da Fazenda observou que o Brasil só aceitará a proposta dos bancos credores "se tivermos certeza de que ocorreu um avanço significativo das negociações". Bresser explicou que este avanço implicará a aceitação de duas exigências brasileiras pelos bancos, no caso do primeiro depósito: desvinculação dos desembolsos dos bancos a um acordo com o Fundo Monetário Internacional e transformação de parte da dívida brasileira em novos títulos (securitização).

Acordo final

O governo brasileiro também quer ver atendida outra exigência — esta mais ampla — para realizar o segundo depósito ao BIS. "Só faremos isso se, exclusivamente, assinarmos um protocolo com o comitê dos bancos credores", disse Bresser Pereira. Este protocolo, observou o ministro, significaria um acordo final com os bancos.

Bresser Pereira informou que neste acordo final os bancos se comprometeriam a refinarciar, integralmente, os juros da dívida nos anos de 1988 e 1989, além de atender às exigências de desvinculação com o FMI e securitização.

O ministro observou que "o governo sabe que os bancos não terão condições de aceitar 100% das exigências brasileiras, mas faremos algumas concessões se eles também fizerem". Durante a reunião do Conselho Monetário Nacional, Bresser Pereira explicou por que o Brasil poderá fazer concessões: os bancos credores estão em posição difícil. Se emprestarem US\$ 10 bilhões ao Brasil (relativos a refinanciamento de 1988 e 1989), perderão 50% deste valor pela desvalorização dos títulos brasileiros. Se não emprestarem, não receberão os juros.

Outra dificuldade adicional para o fechamento do acordo provisório proposto em Nova York é que apenas o governo dos Estados Unidos e os bancos deste país estão interessados diretamente na fórmula, comentou Bresser Pereira. Os bancos dos demais países precisariam ser convencidos. "Mas esta é, no momento, a menor dificuldade", completou o ministro.